

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Murilo Luciano Pereira

**ACESSIBILIDADE ARQUITETONICA PARA CADEIRANTES NA REDE
ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM MINEIROS**

Mineiros

2013

Murilo Luciano Pereira

**ACESSIBILIDADE ARQUITETONICA PARA CADEIRANTES NA REDE
ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM MINEIROS**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação Física da Universidade Federal de
Goiás como requisito para finalização do curso
de Licenciatura em Educação Física.
Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Paula Salles da
Silva

Mineiros

2013

Murilo Luciano Pereira

ACESSIBILIDADE ARQUITETONICA PARA CADEIRANTES NA REDE ESTADUAL E
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM MINEIROS

Esta monografia foi aprovada em sua forma final

Mineiros/GO, ___ de _____ de _____.

Prof. Dr.
Orientador (a)

DEDICATORIA

Dedico a conclusão desta monografia a minha família, minha esposa, meus amigos, aos meus professores, enfim a todos aqueles que ajudaram para que eu atingisse o objetivo final com sucesso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que sempre esteve presente, me orientando e dando força nos momentos de dificuldade, ajudando a concretização do sonho de me formar em um Educador Físico.

A todos os professores do curso de Educação Física, da Universidade Federal de Goiás – UFG, que com os seus conhecimentos me proporcionou o crescimento, tornando-me uma pessoa melhor, em especial à professora Dr^a. Ana Paula Salles da Silva, minha mãe Cleuni Luciano Santos e minha esposa Patrícia Barbosa Resende, as quais não mediram esforços e estiveram sempre presente e que foram as pessoas chave para a finalização do meu trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

Um dos desafios da sociedade brasileira é garantir o direito a uma educação de qualidade a todo e qualquer cidadão. O presente trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida nas escolas estaduais e municipais da cidade de Mineiros-Go, com finalidade de constatar como as barreiras arquitetônicas intercedem na acessibilidade de alunos com deficiência física. Foi feita uma prévia pesquisa bibliográfica sobre o tema com o intuito de obter um embasamento teórico, posteriormente foi realizada uma pesquisa de campo de natureza qualitativa. Através do roteiro de observações e medidas, juntamente com o questionário de entrevistas realizado a oito diretores das instituições de ensino, constatou-se que as escolas ainda apresentam barreiras arquitetônicas e atitudinal que dificultam a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais. Dar aos cadeirantes que estudam nas referidas escolas e a todos aqueles que ainda virão uma educação menos excludente e com qualidade merecida e necessária é uma necessidade para sua interação e inclusão dentro da instituição de ensino.

Palavras-chave: Acessibilidade, Barreiras Arquitetônica, Deficiência física.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo De Corrimão De Acordo Com As Normas Da ABNT (2004)	32
Figura 2 – Modelo De Bebedouro De Acordo Com As Normas Da ABNT (2004)	32
Figura 3 – Modelo De Vaso Sanitário De Acordo Com As Normas Da ABNT (2004)	34
Figura 4 – Modelo De Barras De Segurança De Banheiros De Acordo Com As Normas Da ABNT (2004).....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas técnicas

APAE – Associação de Pais e Amigos dos excepcionais

CMEI – centro municipal de educação infantil

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de deficiência

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBC – Instituto Benjamin Constant

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

IPREM – Instituto Presbiteriano Rev. Eudócio Mendes da Igreja Presbiteriana de
Mineiros

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

SEESP – Secretaria de Educação Especial

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UNIFIMES – Centro Universitário de Mineiros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS.....	13
1.1.1 Objetivo Geral	13
1.1.2 Objetivos Específicos	13
1.2 JUSTIFICATIVA	13
2. REVISÃO LITERAL	14
2.1 BREVE HISTORICO DA INCLUSÃO.....	14
2.2 O CONCEITO DE ACESSIBILIDADE.....	17
2.3 A HISTORIA DA ACESSIBILIDADE NO PAIS E NO MUNDO	18
2.4 ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS.....	20
2.5 ACESSIBILIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA FISICA.....	22
2. METODOLOGIA.....	25
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	25
3.2 CONTEXTOS DA PESQUISA.....	25
3.3 PARTICIPANTES.....	26
3.4 MATERIAIS	27
3.5 INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS.....	27
3.6 PROCEDIMENTOS DE ANALISE DE DADOS.....	27
4. APRESENTAÇÃO E DISCUÇÃO DOS RESULTADOS.....	28
4.1 ANALISE DA ACESSIBILIDADE ARQUITETONICA	28
4.2 ANALISE DA PERCEÇÃO DOS GESTORES DA ACESSIBILIDADE ARQUITETONICA NA ESCOLA EM QUE ATUA	32
5. CONCLUSÃO.....	36
6. REFERÊNCIAS	38
7. APÊNDICE	42

8. APÊNDICE A - Consentimento De Participação Da Instituição No Projeto De Pesquisa	43
9. APÊNDICE B - Roteiro De Observação E Medidas – Acessibilidade Na Escola.....	44
10. APÊNDICE C - Questionário Diretor (a) – Acessibilidade Na Escola	47

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura mostrar as condições de acessibilidade das escolas estaduais e municipais do município de Mineiros. A inclusão hoje é uma realidade nacional, surge como uma obrigação através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional criada em 1996, entretanto em seu artigo, estabelece que a educação deva ser oferecida prioritariamente na rede regular de ensino. Nos dias de hoje não podemos falar de inclusão sem falar sobre acessibilidade.

Segundo o Decreto da Lei 5296/2004 (Lei de acessibilidade), onde: “Regulamenta as Leis n.ºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade (...)”. (BRASIL, 2004, p. 217). Tendo em vista que o foco principal da pesquisa, esta voltada pra a verificação das condições de acessibilidade arquitetônica das escolas.

Segundo os dados obtidos nas escolas municipais e estaduais, foram encontrados dentre estes alunos matriculados, alguns que apresentavam alguns tipos de deficiência, tais como; paralisia cerebral, deficiências múltiplas, deficiência auditiva, deficiência intelectual entre outras.

Com base nesses dados podemos analisar que o número de alunos com algum tipo de deficiência pode comprometer sua acessibilidade no âmbito escolar, devido à presença de barreiras arquitetônicas, nota-se que muitas instituições de ensino tiveram algumas alterações em suas infraestruturas em épocas não muito recentes. Quando o paradigma da inclusão e da filosofia do desenho universal não era concebido pela arquitetura, as escolas pesquisadas não apresentavam requisitos básicos para garantir a acessibilidade de cadeirantes ou de pessoas com mobilidade reduzida.

Foram identificadas as possíveis falhas na falta de acessibilidade no âmbito escolar. Pois a acessibilidade e a possibilidade de qualquer pessoa sendo cadeirante ou não usufruir de todos os benefícios de uma sociedade, é um direito garantido por lei. E como a escola sendo uma instituição pública, tem o dever de atender a estas especificações.

Para um entendimento detalhado da acessibilidade arquitetônica conforme a LEI N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989 cabe: “Art. 2º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar

às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação (...)" (2006, p. 26).

O decreto 5.296/2004 apresenta o conceito de Desenho Universal, que se define na seguinte característica:

[...] concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (BRASIL, 2004, s.p).

Referindo-se ao desenho de produtos e ambientes utilizáveis por todas as pessoas, sempre que possível, sem a necessidade de adaptação ou desenho especializado, o desenho universal torna-se um conceito importante para a construção de uma sociedade inclusiva, principalmente no que diz respeito à acessibilidade arquitetônica, na medida em que tem o propósito de atender as necessidades e tornar viável a participação social e o acesso aos bens e serviços ao maior número possível de usuários.

A problemática do desenho universal propõe um espaço arquitetônico com uso democrático para diferentes perfis de usuários. Prega que todas as pessoas como crianças a idosos, passando por quem possui limitações físicas temporárias ou permanentes, tenham condições igualitárias na qualidade de uso de uma casa ou de outro ambiente construído, seja este interno ou no âmbito da cidade. Melhorar a acessibilidade arquitetônica constitui um desafio, mas também é um dever das instituições pública ou privadas oferecer conforto e acesso facilitado ao usuário.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas a acessibilidade pode ser definida como:

A condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (ABNT, 2004, p. 02).

Entendendo que é dever do Estado garantir a acessibilidade e que já existe uma norma reguladora, no caso a NBR90/50, dos critérios de acessibilidade dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, temos a seguinte questão-problema: As escolas públicas do município

de Mineiros atendem as normas exigidas na NBR90/50 no que diz respeito às pessoas com deficiência física?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral:

- Investigar a acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência física nas escolas municipais e estaduais da cidade de Mineiros – GOIAS.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- Analisar os acessos de entrada as escolas, as salas de aulas e aos laboratórios (quando houver);
- Averiguar a acessibilidade nos espaços de circulação e convívio das escolas;

1.2 Justificativa

A realidade das escolas estaduais e municipais de Mineiros, estingou a elaboração deste projeto no intuito de mostra a realidade arquitetônica presente nestas instituições, sendo assim foram pesquisadas oito escolas, e como nota-se o resultado dessa pesquisa se estende ao longo deste trabalho.

Para que um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos seus usuários. No entanto, todas as escolas pesquisadas têm mais de 20 anos de construção. Durante algumas dessas alterações feitas ao longo desse tempo, proporcionaram a acessibilidade? Acessibilidade não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas. Existem aqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como idade, gravidez, deficiência auditiva ou visual.

2. REVISÃO LITERAL

2.1 Breve históricos da inclusão

Não há como falar de inclusão sem fazer um breve histórico sobre as pessoas com necessidade especiais e em suas eternas lutas na busca de oportunidades iguais para todos. O fato de uma pessoa que possui qualquer deficiência fazia com que suas diferenças fossem atribuídas e entendidas de diferentes formas no decorrer da historia.

Segundo Fonseca (1997):

Em Atenas, os deficientes eram abandonados em locais desconhecidos, para ai ficarem sujeitos à implacável determinação da luta pela sobrevivência. Esparta aplicou aos deficientes o processo de seleção mais desumano e arbitrário que há memoria. Os Romanos, mais tolerantes, adotaram os deficientes para os exibirem em festividades suntuosas. (FONSECA, 1997, p.65).

Partindo da visão do autor, vale salientar que a estrutura das sociedades, desde os primórdios, sempre inabilitou os deficientes, marginalizando-os e privando-os da liberdade. Esses deficientes nunca dispunham de respeito, atendimento, direitos, sempre foram alvos de preconceitos e ações impiedosas. Sendo assim (SASSAKI, 1999, p.112) reforça que: “Excluídas da sociedade e da família, pessoas deficientes eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade de atenção recebida”.

Uma parte da sociedade muitas das vezes se sensibilizava com o problema, com isso formavam-se grupos voluntários que passavam a doar um pouco do seu tempo para atender as necessidades dessas pessoas. E claro que a maioria desses voluntários eram religiosos, que com o consentimento do governo, se dispunham a ajudar principalmente crianças que na maioria das vezes, passavam a vida inteira dentro de instituições.

De acordo com CARVALHO (2002, p.17) “[...] os deficientes de antigamente eram vistos como “doentes”, “retardados” e sempre estiveram em situações de desvantagens, sendo na maioria das vezes alvos de caridade popular e de social.”.

Os mesmos não eram vistos como pessoas capazes de produzirem e nem mesmo trabalharem, portanto, não garantiria uma mão de obra barata nas regiões urbanas, o que gerou uma grande insatisfação para boa parte da sociedade daquela época, era melhor então se desfazer dessas pessoas e as desconsiderarem como seres humanos formados por Deus.

No século XV, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram consideradas deformadas e jogadas nos esgoto da Antiga Roma, não tinham direito a vida. Esses indivíduos eram tidos como castigo (maldição) e por isso eram banidos da sociedade.

Também nos séculos XVI e XVII, os portadores de deficiência ainda eram considerados como seres sem valor algum; acabavam sendo retirados de suas famílias e internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de instituições estatais. As autoridades alegavam que essas pessoas eram seres perigosos e não deviam participar como uma pessoa civil de atividades de interesse do homem. “A sociedade simplesmente ignorava, rejeitava, perseguia e explorava estas pessoas, então consideradas possuídas por maus espíritos ou vítimas de sina diabólica e feitiçaria”. (JÖNSSON, 1994, p. 61).

Consta em documentos papais que, quando lhe fugia a razão, o deficiente mental era tido como ser diabólico, passando a ser perseguido, torturado e exterminado. Mais tarde, já na idade Média essas pessoas mentalmente afetadas e ou defeituosas não eram mais exterminadas da sociedade, pois agora eram tidas como criaturas de Deus.

Muitas eram abrigadas nas igrejas ou da mesma forma que na Antiguidade, serviam de material de exposição, os já conhecidos por nós como bobos da corte. Essa triste realidade só começou a mudar nos primórdios do século XVIII, quando houve uma preocupação com interesse da educação especial, pôr esta época ainda foi marcada pela ignorância e rejeição ao indivíduo especial.

Neste mesmo século, e em meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentassem alguma deficiência, eram segregados e protegidos pelas instituições residenciais. E, já no final do século XIX e meados do século XX, dá-se o desenvolvimento de escolas e ou classes especiais em escolas públicas, que visavam oferecer a pessoa deficiente uma educação a parte.

No final do século XX, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integra-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal. Pode-se dizer que essa fase da integração, fundamentava-se no fato de que a crianças deveria ser educada até o limite de sua capacidade.

Após a evolução histórica a educação especial até 1990, passou a ser vista de outro modo após o evento que formalizou a “Educação para todos”. Como plataforma básica para o sistema educacional.

A linha de ação da declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), importante marco de educação inclusiva aponta aspectos e serem considerados na adoção e na implantação do processo de inclusão.

Conforme BLATTES (2006) ressalta outros importantes documentos que amparam as pessoas com necessidade especiais, são especificadas a seguir:

Lei n 8069/90 – estatuto da criança e do adolescente (ECA). Lei que dispõe sobre a proteção integral a criança e o adolescente (BLATTES, 2006, P.29);
Lei n 10098/00 – acessibilidade, lei que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidade especiais ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias públicas, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e comunicação (BLATTES, 2006, P 101);
Lei n 10436/02 – LIBRAS, lei que reconhece a língua Brasileira de Sinais como forma legal de comunicação e expressão (BLATTES, 2006, P.189);
Lei n 7853/89 CORDE – lei que oferece apoio as pessoas com necessidade especiais (BLATTES, 2006, P. 23);
Lei n 10172/01 – Plano Nacional de Educação, a partir da vigência desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão com base no Plano Nacional de Educação, elaborar os Planos Decenais correspondentes (BLATTES, 2006, P.106).

Muitas discursões têm sido feitas nos últimos anos, visando à operacionalização na prática dessas leis, viabilizando assim o combate à exclusão. Já existem cobranças a nós cidadãos em zelar e lutar para que sejam cumpridas todas as necessidades em atender todos os indivíduos independentemente de raça, cor, etnia, nacionalidade, de sua condição física ou intelectual, enfim não importa as características, perante a lei somos todos iguais.

Segundo o decreto nº 3298 de 1999 da legislação brasileira, encontramos o conceito de deficiência e de deficiência física, conforme segue:

Art. 3...: - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art. 4...: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Para Schirmer (et.al., 2007, p. 22) no que se diz a respeito de comprometimento físico e sua má-formação ou deformação e apresentado na seguinte citação:

Ainda encontramos alterações funcionais motoras decorrentes de lesão do Sistema Nervoso e, nesses casos, observamos principalmente a alteração do tônus muscular (hipertonia, hipotonia, atividades tônicas reflexas, movimentos involuntários e incoordenados). As terminologias “para, mono, treta, tri, e hemi”, diz respeito à determinação da parte do corpo envolvida, significando respectivamente, “somente os membros inferiores, somente um membro, os quatro membros, três membros ou um lado do corpo”. (SCHIRMER et. Al., 2007, p.22).

Raposo e Tavares (2010, p. 260) também reafirmam:

A deficiência física, em princípio, diz respeito a alteração nos movimentos, no entanto, essas alterações podem implicar singularidades nos modos de mobilidade, alimentação, coordenação motora, comunicação oral ou escrita, por exemplo, o que pode remeter a necessidade de adaptação para a realização das atividades escolares. Ressalta-se ainda que tais dificuldades podem ser modificadas ao longo do tempo conforme o curso de desenvolvimento da pessoa/ou da patologia.

Desta forma vê-se a importância de se dedicar às pessoas com deficiências apoiando em busca pela acessibilidade arquitetônica nas escolas e em todos os lugares. Sendo que diante dos princípios da educação inclusiva, a escola tem a possibilidade de reestruturar para oferecer aos seus alunos, tendo deficiência ou não uma educação correspondente às necessidades educativas. Seguindo o trato pedagógico e acima de tudo respeitando a particularidades de cada indivíduo.

2.2 O conceito de Acessibilidade

O termo acessibilidade é de origem latina, “accessibilitas”, que se caracteriza como “livre acesso, acessibilidade, proximidade de aproximação”. (HOUAISS; VILLAR, 2001 *apud* SOARES. 2003 p. 10).

Segundo as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 9050 (2004, p. 2) acessibilidade pode ser compreendida como: “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.”.

De acordo com (BRASIL, 1994; BRASIL, 1998) a caracterização de acessibilidade e definida com:

[...] possibilidade e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Segundo (MACHADO), no livro Atendimento Educacional Especializado (AEE) ressaltado que a acessibilidade arquitetônica é: “Com base nos princípios do Desenho Universal e da Lei nº 10.098/00, toda escola deve promover ambiente acessível, eliminando as barreiras arquitetônicas e adequando os espaços que atendam à diversidade humana.” (2007, p.105).

No Decreto Legislativo nº 189, 2008 artigo 9, do livro Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no que se diz sobre acessibilidade é destacado na seguinte forma:

[...] A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, [...]. (2011 p. 32).

A partir dos conceitos apresentados acima podemos compreender a acessibilidade e toda a forma de independência das possibilidades de locomoção, garantindo seu direito de ir e vir de acordo com suas habilidades e limitações. A acessibilidade é a condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, que se inclui em várias dimensões, sendo de natureza física, informacional, atitudinal, tecnológica, linguística e dentre outras. Sendo também uma questão de direito, fato que as leis foram surgindo e ao longo da história social. Entretanto, a promoção da acessibilidade necessita da identificação e eliminação das barreiras arquitetônicas, fazendo-se isso proporciona o indivíduo a realização das atividades e funções na sociedade em que vivem.

2.3 A história da acessibilidade no país e no mundo

Para Romeu Sasaki, (2006), o termo “acessibilidade” começou a ser utilizado recentemente, com a necessidade para designar a condição de acesso das pessoas com

deficiência junto ao surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 1940. (SASSAKI, 2006). Isso na época era um grande avanço nas discussões para quem tinha alguma dificuldade de acesso, tanto para pessoas com deficiências ou quanto para pessoas com mobilidade reduzida.

De acordo Bobbio (1992) ele também destaca que as mudanças foram a partir do século XX, quando as pessoas com deficiências passam a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, a primeira diretriz política aparece em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo que no primeiro artigo diz: “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direito”. (BOBBIO, 1992, p. 262).

Segundo MAZZOTTA (1996), ainda na sociedade do Brasil Colônia, não existia uma política de atendimento e nem de tratamento com estas crianças com deficiência.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Instituto dos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e os Surdos Mudos, em 1857, hoje denominados Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MAZZOTTA, 1996, p. 75).

Ainda de acordo com Sasaki (2006), na década de 50, a dificuldade era com as barreiras arquitetônicas, como não existiam leis de acessibilidades as dificuldades de acesso se caracterizavam em edifícios, espaços urbanos e nos meios de transporte coletivo. Havia também a prática de reintegração de adultos reabilitados, que ocorrida na própria família, na comunidade em geral e também no mercado de trabalho. Já na próxima década, nos Estados Unidos algumas universidades, começaram a se preocupar com o fator da acessibilidade, devido ao fato de alguns estudantes possuírem algum tipo de deficiência física, iniciam-se algumas experiências de eliminação de barreiras arquitetônicas no seu âmbito como: áreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios etc.

Na década de 70, aumenta a preocupação e o debate sobre as barreiras arquitetônicas, que ao longo das décadas veio ganhando foco e graças ao surgimento do primeiro centro de vida independente do mundo, que se realizou na cidade de Berkeley. Califórnia, Estados Unidos. Neste mesmo debate houve a necessidade de discutir sobre as soluções dos problemas. Na década seguinte e especificamente em 1981, houve o 1º ano Internacional das

Pessoas Deficientes, fato que aconteceu devido à pressão social e a importância de alertar a sociedade sobre a acessibilidade arquitetônica. Fato de bastante relevância, pois pediram aos arquitetos, urbanistas, engenheiros e desenhistas industriais, para que não incorporassem elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambientes e utensílios. Sendo que na metade da década de 80, o conceito de inclusão ficou bastante ligado ao de integração.

Já na década de 90, a acessibilidade estava presente em alguns desenhos universais, não só apenas para pessoas com deficiência, e sim para todos. O que fica evidente na época que o conceito de acessibilidade não é apenas a arquitetônica, em outros contextos existem barreiras que impedem a acessibilidade.

2.4 Acessibilidades nas escolas

De acordo com a legislação, as pessoas com deficiências devem ter acesso em escolas públicas de ensino primário e secundária, com um ensino gratuito e de qualidade, atendendo as com condições igualitárias as demais pessoas na comunidade em que vive.

Porem, muitas crianças, jovens e adultos ainda se vê privados de frequentar acessivelmente uma escola, devido à falta de acessibilidade arquitetônica. Pode se observar que em escolas públicas este acesso é precário. Até o ano de 2010, o órgão do ministério público (MEC) responsável pela a educação da criança com deficiência, era a Secretaria de Educação Especial (SEESP). De acordo com (BRASIL 2000, p.1) e educação especial é uma:

[...] modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, ela perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Esta modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimentos.

Estamos longe de encontrar nas escolas condições adequadas para o livre acesso as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. Assim é necessário que entremos nessa luta para tentar mudar essa realidade.

Houve-se a necessidade de se implantar leis que garantisse o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzidas à escola. Foi que surgiram órgãos e instituições específicos como, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), que foi criado pelo Decreto 3.298/99; competência deliberativa estabelecida no art. 10, constituído

por representantes do governo e sociedade civil organizada. O Ministério Público do Trabalho tem assento como Conselheiro (consultar relatórios e atas na página eletrônica).

Foi criada também a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), criada pela Lei 7.853/89; integra a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, com a atribuição estabelecida nos artigos 10 e 12 da lei referida. Mantém o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência.

Segundo SHIRMER et al (2007), destaca sobre acessibilidade arquitetônica da seguinte forma:

Sabemos que os prédios escolares não apresentam acessibilidade espacial e há uma grande dificuldade de arquitetos e engenheiros entenderem esse direito. É preciso fazer uso da legislação para que de fato nossos ambientes escolares se transformem em ambientes acessíveis e conseqüentemente acolhedores. Paralelamente ao seu ingresso pode-se observar a falta de acessibilidade espacial na quase absoluta maioria dos edifícios escolares que foram construídos sem considerar as necessidades das pessoas com deficiência. (SHIRMER et al, 2007, p.105).

Pelo que podemos observar organização espacial e essencial para as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida possam ir além dos seus limites, pois o processo de acessibilidade inclui desde a entrada da escola e ao termino das aulas. E notório que a acessibilidade arquitetônica presente nas instituições pesquisadas não favorece ao aluno com mobilidade reduzida é se que o mínimo de segurança ao se locomover dentro no âmbito escolar, devido a varias alterações realizada em sua infraestrutura.

Estamos convivendo com o movimento chamado Inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Mas existem muitas adaptações a serem feitas para favorecerem as crianças com deficiência física, onde a realidade é que muitas escolas brasileiras e as famílias não estão preparados para garantir o desenvolvimento pleno e escolar dessas crianças.

Na busca de uma sociedade mais interativa nos deparamos com a acessibilidade sendo este um fator integrante do processo inclusivo, tendo em vista a possibilidade de um desafio a ser superado. Para que os seres humanos possam desenvolver plenamente suas potencialidades e participar plenamente do desenvolvimento, e garantindo uma melhora na qualidade de vida. Junto, a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes

discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 1994, p.330).

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humano se de suas liberdades fundamentais. BRASIL (2001) destaca-se que este documento tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

As escolas brasileiras já deveriam estar capacitadas para a inclusão, porém a realidade que enfrentamos é outra, na verdade a etapa de adaptação dessa nova realidade já deveria ter sido superada. As escolas deveriam estar adequadas à necessidade de todas as crianças, devido ao fato de que essas crianças que necessitam de adaptações às mesmas representam uma minoria no âmbito escolar, com isso os responsáveis pelas transformações acabam se acomodando e deixando de lado tais melhorias.

2.5 Acessibilidades para pessoas com deficiência física

Pelo decreto nº 3.298/99 da legislação brasileira destaca o conceito de deficiência física como:

Art.4...: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 1999, p.1).

Conforme o documento produzido pela Comissão de Estudos para Inserção da Pessoa Portadora de Deficiência no Mercado de Trabalho (BRASIL, 2001, p.15) a deficiência física pode ser classificada a partir do grau de comprometimento como:

Paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores.
Paraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
Monoplegia - perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior).

Monoparesia - perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior).

Tetraplegia - perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.

Tetraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.

Triplegia - perda total das funções motoras em três membros.

Triparesia - perda parcial das funções motoras em três membros.

Hemiplegia - perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).

Hemiparesia - perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo).

Amputação - perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.

Paralisia Cerebral - lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras [...].

E de grande importância para o professor conhecer as patologias apresentadas pelos seus alunos para que esteja preparado a atender suas necessidades especiais, nesse sentido a formação continuada do professor deve ser incentivada pela a equipe gestora responsável pela a comunidade escolar pela a qual o aluno encontra se inserido.

O mundo caminha cada vez mais na construção de uma sociedade igualitária onde temos a perspectiva de incluir cada vez mais as pessoas com mobilidade reduzida. Sinais desse processo de construção são visíveis nas escolas, na mídia nos programas governamentais. Muitos países já adotaram a abordagem inclusiva, o Brasil já começou a buscar o seu caminho, mesmo com pouca ajuda técnica e financeira os resultados são pequenos, porem significativos. As escolas brasileiras já deveriam estar capacitadas para a inclusão, mas o que podemos observar a realidade e outra.

Os professores principalmente e outros profissionais ligados na área da educação enfrentam o desafio da inclusão, onde a luta para uma educação igualitária, consiste em se adequar a essa nova realidade, onde a possibilidade de adaptação do individuo, consistisse apenas em aspectos comportamentais e não arquitetônicos. As escolas deveriam estar adaptadas às necessidades de todos os alunos que necessitam dessas adaptações. Essas adaptações vêm de encontro com a acessibilidade, de acordo com Dischinger e Machado (2006), esta se apresenta nas seguintes dimensões:

- Acessibilidade arquitetônica, sem barreiras físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.

- Acessibilidade comunicacional, sem barreiras nas comunicações interpessoais (face- face, língua de sinais, língua corporal língua gestual, etc.), na comunicação escrita... e na comunicação virtual (acessibilidade digital).
- Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos estilos de aprendizagem, participação de todos de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação , novo conceito de didática) de ação comunitária(metodologia social, cultural, artística etc: baseando em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.)
- Acessibilidade instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápis, canetas, régua, teclados do computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária..., esporte e recreação (dispositivos que atendam as limitações sensoriais, físicas e mentais, etc.).
- Acessibilidade programática. Sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas... Em regulamentos... E em normas de um modo geral
- Acessibilidade atitudinal, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultado da quebra de preconceito estigmas, estereótipos e discriminações. (DISCHINGER, MACHADO, 2006, p.105).

Existem muitas adaptações e serem feitas para favorecer as crianças com deficiência física, com relação à acessibilidade a realidade de todas as escolas pesquisadas nota-se que infelizmente as mesmas apresentarão obstáculos físicos que impossibilitavam o acesso e permanência acessível dentro da instituição.

3. METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A presente pesquisa caracteriza-se por ser um estudo descritivo-exploratório de cunho qualitativo. Segundo Ludke (1986, p.11) “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como principal instrumento”.

Segundo Andrade (2002) a pesquisa descritiva tem por orientação a observação de fatos em conjunto com seu registro, sua análise, sua classificação e sua interpretação. Para Gil (1991) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de determinada população ou estabelecimento de relação entre as variáveis, sendo que o faz a partir da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Sobre conceitos de pesquisa descritiva, segundo Gil (1999), afirma que ela tem como objetivo principal descrever. E uma de suas principais características vem da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1999, p. 43) visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo. Para este mesmo autor, a pesquisa exploratória pode ser caracterizada por uma aproximação inicial com o objeto investigado.

3.2 CONTEXTOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em instituições escolares localizadas na cidade de Mineiros, que se caracteriza como um município do estado de Goiás. Sua população, segundo o censo 2012 do IBGE, é de 67.421 habitantes. Localizado no sudoeste goiano a 420 km de Goiânia-GO, 500 km de Cuiabá-MT e 550 km de Campo Grande - MS e 650 km de Brasília-DF. Em seu município se encontra o Parque nacional das Emas e que segundo o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, o número de eleitores no município totaliza-se em 46.452.

Sua área é de 8.896,304km², o que faz do município um dos maiores de Goiás em questão de território, representando 2.6159% da área do estado, 0.5558% da área do Centro Oeste brasileiro e 0.1047% de todo o território do país.

Geograficamente situado em uma das maiores altitudes goianas, com variação de 700 a 1100m, na Serra dos Caiapós, no município brotam inúmeras nascentes d'água, algumas

subterrâneas, como o aquífero Guarani, formando vários rios, dentre eles o Rio Araguaia, Rio Verde, Formoso e Jacuba.

Mineiros conta com Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), primeiro Centro Universitário Municipal do Interior de Goiás e com a Faculdade Mineirense (FAMA), instalada no prédio do antigo Instituto Presbiteriano Rev. Eudócio Mendes (IPREM), da Igreja Presbiteriana de Mineiros.

Há também um campus da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e outro da Universidade Federal de Goiás (UFG), além de uma extensão da Universidade Norte do Paraná, em funcionamento no Educandário Nascentes do Araguaia (ENA), e de alguns cursos superiores do COC oferecidos no Colégio Ágape. Estes últimos como cursos à distância.

Entre todas as escolas foram selecionadas oito para serem pesquisadas, sendo quatro estaduais e quatro municipais. As municipais oferecem o ensino infantil de (1º fase de 1º ao 5º ano), e nas quatro estaduais funcionam nos períodos: matutino, vespertino e noturno. Sendo uma em período integral. Na estadual é oferecido o ensino fundamental e médio de (2º fase- 6º ano ao 9º ano) e médio (1º ano ao 3º ano) respectivamente. Nos dados coletados nas quatro escolas municipais existem matriculados 2.456 alunos. Segundo os dados sobre alunos com deficiência, foram relatados que existem 65 alunos com deficiências, que estão caracterizadas das seguintes formas: deficiência intelectual, Deficiência Múltiplas, Deficiência Auditiva, Deficiência Física, Baixa Visão e Transtorno Global de Desenvolvimento. Nas quatro estaduais têm matriculado 2298 alunos e segundo os dados destas escolas têm 35 alunos com deficiência (Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Deficiência Intelectual e deficiência Física).

Algumas das escolas passaram a contar com a sala Atendimento Educacional Especializado (AEE) que possui alguns materiais de apoio para o trabalho com alunos com deficiências (jogos adaptados, livros computadores entre outros).

3.3 PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa 08 escolas públicas do município de Mineiros. Durante o desenvolvimento do presente estudo de campo também houve a aplicação de questionários com os diretores (as) de cada instituição. Os (as) diretores (as) participantes são identificados pelas seguintes às letras A, B, C, D, E, F, G, H.

3.4 MATERIAIS

Para a realização da coleta de dados, foi utilizado pelo pesquisador, trena, régua de nível, papel A4, caneta esferográfica com tubo transparente. Além dos questionários e do termo de consentimento livre esclarecido.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram feitos através de um questionário (ANEXO A) e um roteiro técnico (ANEXO B). Foram deixados de principio os materiais necessários pra a identificação do pesquisador, assim como os Termos de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE), e anexados aos mesmos o questionário para ser respondido. O prazo estabelecido pelo pesquisador foi de que o questionário fosse entregue no dia seguinte. Já as aferições realizadas com base no roteiro técnico foram feitas pelo o pesquisador em companhia do (a) vice-diretor (a) ou do (a) coordenador (a) das unidades escolares.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANALISE DE DADOS

Os dados obtidos como resultado da pesquisa realizada in loco foram analisados a partir dos encaminhamentos da pesquisa descritiva em contraste com as normas da ABNT NBR90/50. Tendo com principio a inclusão de pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida, garantindo a acessibilidade arquitetônica das escolas e a educação de qualidade.

4. APRESENTAÇÃO E DISCURSÃO DOS RESULTADOS

4.1 - Análise da acessibilidade arquitetônica.

Tendo como referencia o roteiro de observação e medidas, sobre a acessibilidade na escola, foram visitadas 08 escolas sendo quatro municipais, representadas pelas letras; (A, B, C e D) e quatro estaduais representadas pelas letras; (E, F, G e H). Onde foram realizadas visitas técnicas, coletando dados sobre a existência ou não de acessibilidade, para pessoas com deficiência. Os dados obtidos foram comparados com as normas da ABNT-NBR90/50. Foram observados os seguintes aspectos, tais como: 1) Entrada da escola; 2) Área de circulação; 3) Salas de aula; 4) Banheiros; 5) Local das aulas de educação física.

Todas as escolas pesquisadas as observações foram feitas a partir do portão para dentro. Tendo como referencia a especificação de rampa de acordo com as normas da ABNT (2004, p.4) onde se caracteriza com uma inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%. Das escolas pesquisadas, as escolas (B, C, F e G) não necessitavam de rampas para seu acesso, devido ao fato de que as mesmas se encontravam abaixo ou no mesmo nível da rua, diferentemente das escolas (A, D, E e H) que necessitavam de rampas pelo motivo de estarem acima do nível da rua. Porém somente a escola (E) estava de acordo com as normas da ABNT (2004), onde a mesma se caracterizava com a rampa á uma inclinação inferior a 5%.

Segundo as normas da ABNT (2004), a área de circulação leva em consideração o modulo de referencia a projeção de 0,80m por 1,20m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas. Isso facilita o acesso às salas de aulas, banheiros e outras repartições, possibilitando assim uma autonomia na circulação entre estes espaços. Em todas as escolas pesquisadas identificou-se um espaço entre 1,5m a 1,8m o que possibilita o livre acesso, já que permite a transposição entre duas cadeiras de rodas.

Em relação aos corrimãos os dados obtidos tiveram como referência corrimãos para degraus isolados e escadas, sendo que sua altura deve ser de 0,92 m do piso, medidos de sua geratriz superior. Para rampas e opcionalmente para escadas, os corrimãos laterais devem ser instalados a duas alturas: 0,92 m e 0,70 m do piso, medidos da geratriz superior. Fazendo-se dessa norma, garante ao cadeirante total disponibilidade de seu uso. No entanto, observou-se somente as escolas (A, B, E e H) possuíam corrimãos, e em nenhuma destas os corrimãos se

enquadram nas normas da ABNT (2004), conforme o modelo apresentado na figura abaixo, o que desfavorece a autonomia na locomoção de pessoas com deficiência física:

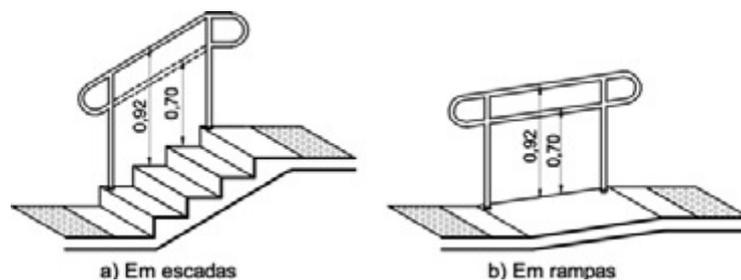


Figura 1 - Modelo de corrimão de acordo com as normas da ABNT.

Para os bebedouros, foram analisados se a bica esteve localizada no lado frontal, com uma altura de 0,90 m, e se permitiam a utilização por meio de copos. Onde dados confrontados mostraram que somente as escolas (A e H) possuíam bebedouros que possibilitava ao cadeirante seu uso, porém os mesmos tinham a altura superior a 0,90m, sendo assim os mesmos não se enquadrarão nas normas da ABNT (2004). As outras escolas apresentavam bebedouros que impossibilitava o cadeirante a aproximação e utilização do mesmo. Dados confrontados a partir do modelo abaixo:



Figura 2 - Modelo de bebedouro de acordo com as normas da ABNT.

Foram observados, a área de convívio no pátio da escola, nota-se que todas as escolas possuem piso antiderrapante, isso garante a pessoa com mobilidade reduzida uma segurança em transitar no âmbito escolar, sendo que este tipo de piso pode evitar escorregões. De acordo com as normas da ABNT (2004, p.39), no que se refere a piso ela destaca da seguinte forma:

Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). Admite-se inclinação transversal da superfície até 2% para pisos internos e 3% para pisos externos e inclinação longitudinal máxima de 5%. [...] Recomenda-se evitar a utilização de padronagem na superfície do piso que possa causar sensação de insegurança

(por exemplo, estampas que pelo contraste de cores possam causar a impressão de tridimensionalidade). ABNT (2004, p.39).

Em seis escolas pesquisadas (A, B, C, F, G e H) o tipo de piso encontrado não garantia a acessibilidade total dos alunos em certas repartições das escolas, devido ao fato que em muitos destes lugares apresentarão problemas tais como; areia, grama, irregularidades no terreno, brita solta e péssimas condições do tipo de piso. Fato este que não possibilita ao cadeirante a condição de livre acesso.

Nas escolas (A, E e H) apresentaram mesas para o refeitório, dentre elas somente as escolas (A e E) as mesas obterão uma altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso. Já a escola H apresentou mesas comunitárias com cadeiras fixas que impedem a aproximação de uma cadeira de rodas. E a altura desta mesa não era compatível com a altura da cadeira de roda, fazendo-se assim inapropriada para o cadeirante.

As escolas de Mineiros têm suas instalações antigas, devido a isso, as escolas (A, B, E, G e H) possuíam rampas de acesso a outros pavimentos. No entanto, somente nas escolas (B e E) essas rampas eram acessíveis a cadeirantes. As rampas são necessárias porque possibilitam aos alunos transitar na escola de forma autônoma e rápida, mas com rampas com nível muito acentuado, como as encontradas nas escolas, o acesso fica dificultado, fazendo com que os alunos necessitem de ajuda de terceiros para se locomover.

Nas salas de aulas, vários aspectos foram analisados como, larguras das portas, altura do quadro/lousa, altura dos interruptores, cadeiras adaptadas, área de circulação entre as mesas e área de circulação entre as mesas e o quadro/lousa. Como analisado nas escolas (A, C, D, F e H) a uma dificuldade de se entrar com uma cadeira de rodas, devido ao fato de que a largura das portas não é compatível com as normas da ABNT (2004), que exige no mínimo 0,80m de largura. Em relação ao Quadro-negro, identificou-se que nas escolas (C, D, E e H) apresentarão do piso ate a borda uma altura superior a 0,90m, dificultando assim a utilização de crianças menores ou em cadeiras de rodas. Um problema recorrente foi constatado com a altura nos interruptores, observou-se que em todas as escolas a altura estava abaixo ou acima de 0,60 e 1,00m. Isso dificulta o acionamento da energia no uso cotidiano ou em casos de emergência.

Somente na escola (B) apresentou cadeiras adaptadas aos cadeirantes, às demais cadeiras não permitiam o acesso dos cadeirantes devido as suas dimensões. Os gestores das escolas que não apresentaram este tipo de cadeiras alegaram que não as possuíam porque não tinham alunos que fazem uso de cadeiras de rodas. Já a área de circulação entre as mesas

considera-se uma cadeira com as dimensões exigidas pela a ABNT (2004, p.6), se caracteriza da seguinte forma: “Considera-se o módulo de referência à projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas [...]” (ABNT, 2004, p.6). Somente nas escolas (B, E e G) a distância entre as cadeiras mínima entre as carteiras foi respeitada, devido ao baixo número de cadeiras nas salas, favorecendo assim um espaço maior entre elas. A área de circulação entre as cadeiras e o Quadro-negro deve permitir ao cadeirante fazer uma rotação de 180°, sendo assim às escolas (B, C, E, F e G) proporcionam essa disponibilidade.

Nos banheiros, foram aferidas as larguras das portas, medidas internas, disponibilidade de piso antiderrapante, altura das pias, válvulas de descargas, alturas dos vasos e se os mesmos possuíam barras de segurança. Nas escolas (A, B, D, E e F) as medidas das portas eram acessíveis à passagem de cadeiras de rodas, conforme disponível nas normas da ABNT (2004), onde as portas devem ter um vão livre de no mínimo de 0,80m de largura e altura mínima de 2,10m de altura, sendo que somente as escolas (C e H) não se enquadraram nesta norma. Já as medidas internas dos banheiros são bastante amplas, pelo fato de serem escolas antigas e muitas dela terem projetados seus banheiros com espaços consideravelmente bons, mas vale ressaltar que nas escolas (A, C e F) estes espaços não disponibilizam a locomoção da cadeira de rodas em seu interior. Todas as escolas pesquisadas apresentaram o piso do banheiro antiderrapante.

Levou-se em consideração que nos banheiros devem possuir em seu espaço interno válvula de descarga de fácil acionamento e que de acordo com as normas da ABNT (2004) é de 1,00m de altura. Porém somente na escola (F) se encaixa nesta norma, as outras apresentaram medidas superiores a 1,00m.

Todos os banheiros das 07 escolas pesquisadas se enquadraram nas normas da ANBT (2004), onde diz que a altura é de 0,46cm da bacia, conforme apresentado na foto abaixo:



Figura 3 - Modelo de vaso sanitário de acordo com as normas da ABNT.

Todos os banheiros devem possuir barras de apoio que facilitem ao cadeirante um deslocamento. Porém somente nas escolas (A, B e D) possuíam barras, fato este que não gera

acessibilidade, conforme dados confrontados identificou-se que todas as barras fixadas estavam fora das normas da ABNT (2004), levando-se em consideração que as medições feitas foram comparadas com as da foto abaixo:

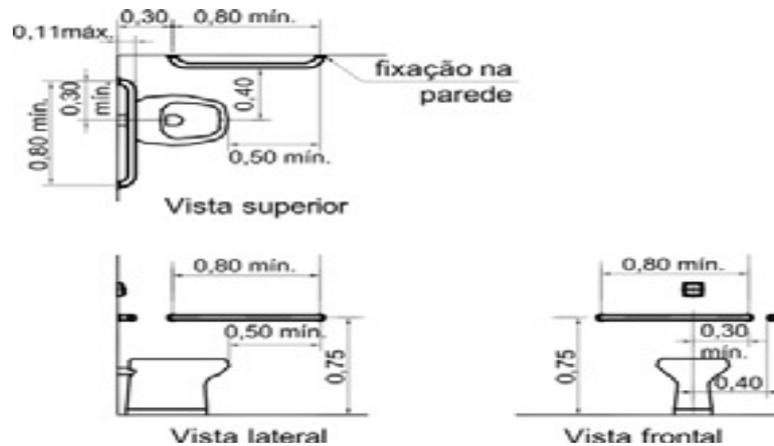


Figura 4 - Modelo de barras de segurança de banheiros de acordo com as normas da ABNT.

Na escola (G) não foi possível analisar a acessibilidade nos banheiros, pois a mesma encontrava-se em reformas.

4.2 - Análise da percepção dos gestores acerca da acessibilidade arquitetônica na escola em que atua.

Os dados coletados com a aplicação do questionário apresentaram aspectos importantes sobre a inclusão e acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência física nas escolas estaduais e municipais de Mineiros-GO.

A seguir serão apresentadas as perguntas realizadas e suas respectivas respostas, assim como análise de seus resultados.

Questionário aplicado as Diretoras

Foi questionado primeiramente o que os gestores entendem por inclusão, com as respostas obtidas com esta pergunta podemos identificar que os Diretores/as têm clareza do conceito de inclusão, como demonstra a resposta da Diretora A: “Inclusão é a capacidade de oportunizar formas de atendimento integral a todos e a capacidade de incluir cada indivíduo de forma integral em todas as atividades propostas.”.

Uma escola que pretende assumir-se como inclusiva necessita-se fundamentalmente, conscientizar-se de que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, quando convivem e partilham dos mesmos espaços e atividades conseguem compreender e aceitar uns aos outros, proporcionando o reconhecimento das competências além de suas necessidades, apreendendo juntos. De forma que todos compreendem que todos lutam para a construção de uma sociedade mais justa e solidaria, possibilitando o desenvolvimento de laços de amizade e fazendo-se que diminuem a ansiedade o medo e insegurança diante das dificuldades.

No entanto, destaca-se que os professores abordaram a questão restringindo-a ao campo escolar. Ainda que a escola seja um campo importante na luta contra a exclusão, é preciso destacar que a inclusão é um discurso que visa proporcionar o acesso de todos a todos os espaços.

De acordo com MADER (1997):

Inclusão é o termo que se encontrou para definir um processo em que uma sociedade considera todos os seus membros como cidadãos legítimos. ‘Uma sociedade com que há inclusão é uma sociedade em que existe justiça social, em que cada membro tem seus direitos garantidos e em que sejam aceitas as diferenças entre as pessoas como algo normal’. (1997, p.47).

Portanto, quando fala em inclusão de pessoas com deficiências, logo se pensa apenas na inclusão escolar, realmente a educação já esta caminhando neste sentido, mas o que muitos estão esquecendo é que, todas as pessoas têm o direito ao acesso independentemente do lugar, pela proposta de mudança os direitos adquiridos ao longo do tempo, também é preciso que os profissionais da educação acreditem que é possível e aceite que essa possibilidade seja real.

Na seqüência buscou-se saber se as diretoras as consideram a escola que atua inclusiva. Identificou-se que todas as diretoras responderam que a sim. A resposta da diretora G afirma que: “Ela já esta trabalhando com a inclusão, mas não tem ainda a estrutura, pois inclusão e respeitar as diferenças. Mas para respeitar temos que apoiar e dar suporte ao desenvolvimento completo do educando”.

A inclusão não é uma tarefa fácil, mas é, sem dúvida, possível. E se a realidade enfrentada é difícil, faz-se necessário buscar formas para mudá-la. Todos terão espaços assegurados sem prejudicar aqueles que não conseguem ocupá-los só por mérito próprio. Contudo, uma sociedade justa e igualitária vai além de garantir espaços adequados para todos, mas o de fortalecer também as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana.

Segundo Rosa e Sousa (2002, p. 67);

A presença da criança com deficiência na escola regular representa um avanço no que se refere à democratização do ensino, mas não garante a efetivação de uma política de inclusão. Esta entendida aqui para além dessa condição. A ideia de inclusão é muito mais ampla do que simplesmente inserir no ensino regular a criança com deficiência, pois implica dar outra lógica para a escola, de forma que não seja possível pensar na possibilidade de criança nenhuma estar fora dela. É repensar uma educação que minimize os mecanismos de exclusão, assegurando a todas as crianças o direito dela se beneficiar.

Assim, faz-se importante que as formas de preconceito sejam combatidas para além do discurso, através de ações efetivas.

Em relação às perguntas Três e Quatro, nota-se que no pensamento das diretoras, elas compreendem que as escolas ainda não estão adaptadas para receber os alunos com deficiência física. Segundo a diretora H: “Banheiro não possui acesso para cadeirante. As portas não possuem larguras adequadas. Não possui guarda corpo, nas escadas não consiste em uma estrutura arquitetônica adequada.”, ou seja, a acessibilidade arquitetônica apresenta-se como um fator importante para a garantia da acessibilidade e conseqüentemente a oportunidade de que o indivíduo possa se matricular na instituição, fazendo-se apto para ter o mínimo de condição a uma educação de qualidade. Diretora H: “Na atualidade é preciso mais investimento e atenção do poder público no que se refere à acessibilidade”.

Porém uma colocação pertinente ao pensamento das professoras e destacada por SHIRMER (2007, p.105):

Sabemos que prédios escolares não apresentam acessibilidade especial e há uma grande dificuldade de arquitetos e engenheiros entenderem esse direito. É preciso fazer uso da legislação para que de fato nossos ambientes escolares se transformem em ambientes acessíveis e conseqüentemente acolhedores. Paralelamente ao seu ingresso pode-se observar a falta de acessibilidade espacial na quase absoluta maioria dos edifícios escolares que foram construídos sem considerar as necessidades das pessoas com deficiência. Se nosso objetivo é a participação efetiva de alunos com deficiência nas atividades escolares, faz-se necessário um ambiente adequado para garantir essa participação.

A acessibilidade arquitetônica se faz mediante uma análise das condições do ambiente, numa parceria constante entre profissionais da educação e profissionais da arquitetura e engenharia dentro de uma perspectiva ampla de inclusão. É preciso verificar as necessidades específicas oriundas de cada tipo de dificuldade motora, sensorial, de comunicação, cognitiva ou múltipla (SCHIRMER et al. 2007, p. 1005).

Existem muitas adaptações a serem feitas para favorecer as crianças com deficiência física, com relação à acessibilidade, a realidade é que muitas escolas brasileiras infelizmente

apresentam obstáculos a inclusão, são muitas barreiras encontradas dificultando o acesso e permanência destas crianças no espaço escolar.

De um modo em geral as diretoras discutem a busca por igualdade entre todos os alunos como a falta de preparo dos profissionais. Na opinião da diretora H: “A falta de preparo profissional e preconceito que de uma forma ou outra esta impregnada no ser humano” Então surge o chamado “Paradigma de suporte” caracterizando pelo o pressuposto de que a pessoa com deficiência não segregada e ao acesso imediato e continuo aos recursos disponíveis a todas as pessoas. Como caracteriza Sant’Ana (2005, p.227):

É sabido que os fundamentos teóricos metodológicos da inclusão escolar centralizam-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiência.

E notório que a preparação dos profissionais seja de fundamental importância para que o sucesso da inclusão no âmbito escolar, pois e os mesmos que irão garantir a motivação e permanência dos alunos nas instituições.

5. CONCLUSÃO

O principal objetivo da pesquisa foi analisar as escolas da rede estadual e municipal do Município de Mineiros-GO. Conclui-se que no âmbito escolar, muitos alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida não tem na prática seu direito de ir e vir. Esta pesquisa nos mostra que não basta permitir a realização da matrícula, mas sim garantir a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Tomando por base as escolas pesquisadas, nota-se que o Município de Mineiros, ainda não está acessível aos cadeirantes e há muito para se tornar um ambiente voltado para a diversidade. Apesar dos diretores afirmarem que já estão trabalhando com a diversidade a nota-se que as instituições de ensino ainda não estão inteiramente preparadas, sendo que as mesmas apresentam barreiras arquitetônicas e atitudinal que dificultam a educação de qualidade aos alunos com necessidades especiais.

No decorrer desta pesquisa, vimos às diversas possibilidades de promover acesso do aluno com deficiência física. É preciso saber que os recursos e serviços apropriados a eles estão garantidos por leis e as dificuldades encontradas no cotidiano escolar não devem ser motivo de exclusão desses alunos, a acessibilidade contribui para um fator importante para o exercício da cidadania, principalmente para essas crianças, que estão na fase inicial de sua vida, contribuindo para sua interação e inclusão dentro da instituição de ensino. Possivelmente existem vários dispositivos legais procurando garantir seus direitos, prevendo melhorias, adaptações em diversos ambientes.

Com certeza nossas escolas precisam de modificações, agregando-se a uma estrutura melhor, para que possa garantir seus alunos à possibilidade de evitar o preconceito e para alcançar a tão conclamada qualidade de ensino. Para a consolidação de uma escola inclusiva, ainda há muito para se construir, pois foram dados apenas os primeiros passos na consciência e respeito à diversidade. Percebe-se que muitas adaptações precisam ser feitas para favorecer a educação e o desenvolvimento das crianças com deficiência física, muitas escolas não estão preparadas para garantir o desenvolvimento pleno e escolar de alunos com necessidades especiais.

Por fim, considerando ser importante incentivar e estimular a educação de qualidade deseja-se que este estudo possa dar base para novas investigações sobre acessibilidade arquitetônica e as demais dimensões da acessibilidade, favorecendo novas pesquisas e busca

científica no âmbito da educação inclusiva, sendo que o objetivo analisado proposto e garantir as condições necessárias para uma educação de qualidade a todos.

6. REFERENCIAS

A Inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho; MPT/Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho – Brasília/DF – 2001.

ACESSIBILIDADE BRASIL. Lei de acessibilidade - Decreto lei 5296. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=43>>. Acessado em: 01/11/2013.

ANDRADE, Armando. Eficácia, eficiência e economicidade. Como atingi-las através de adequados sistemas de controle interno. São Paulo: A. Andrade, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT 9050. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência em edificações; espaços; e equipamento urbano. Rio de Janeiro. 2004

BLATTES, Ricardo L. (org). Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais. – 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BOBBIO, Noberte. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora com Deficiência. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, Corde, 1994.

BRASIL. Decreto Federal Nº 3.298, DE 20 de dezembro de 1999. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acessado em: 20/10/2013.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296/2004. Brasília: MJ/SAJ, 2004.

BRASIL. Lei nº. 7.853, de 24 de Outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para

Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em: 27/10/2013.

BRASIL. PROJETO DE LEI (4767/98). Normas gerais e Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Brasília, DF, 1998. (BRASIL, 1994; BRASIL, 1998).

CARVALHO, K. M. M.; et al. Visão subnormal: orientação ao professor do ensino regular. 3 ed. Ver. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

DECRETO n^a 3.298/1999. Disponível em: <www.81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1999/3298.htm>. Acesso em: 07/11/2013.

DISCHINGER, M; MACHADO. R. Desenvolvendo ações para criar espaços escolares Acessíveis: Inclusão. Revista da Educação especial. Secretaria de educação especial. Brasília; SEE, v. 15, n. 1, p. 121-140, jan-abr. 2009.

FONSECA, Vitor Da. 1997. Introdução à educação especial. Programa de estimulação precoce. 2ª Edição, Lisboa, Notícias Editorial.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

JÖNSSON, Ture. Inclusive education. Hyderabad: UN Interregional Programme for Disabled People, 1994.

KELMAN, Celeste Azulay. Capítulo 13: O aluno com deficiência física na escola. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília, ed. UnB, p. 11-54. Educação Especial: um direito assegurado. Livro. 1. [S.I.; s.n.].

LUDKE, M. André, M.E.D. A Pesquisa em Educação; Abordagens qualitativas. São Paulo. EPV. 1986.

MACHADO, Rosângela. Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Física. Brasília/DF - 2007.

MADER, G. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência. Cap. 7. In: MANTOAN, M. T. E. e colaboradores. A integração de pessoas com deficiência. Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Política Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Avaliação: políticas e da Sociedade Brasileira. Revista Brasileira de Educação Especial, v.6, n.1, p. 1-42, 2000.

ROSA, Dalva e. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo (org). Políticas Organizativas e curriculares, Educação Inclusiva e Formação de Professores. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

SANT'ANA, Izabella Mendes; Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227, mai./ago. 2005.

SASSAKI, Romeu K. Conceito de Acessibilidade. Evolução do conceito. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/romeusassaki#301>. Acessado em: 23/10/2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHIMER, Carolina R. et al. *Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física*. SEESP/MEC. Brasília, 2007.

SOARES, Ciane Gualberto Feitosa, *Acessibilidade ao patrimônio cultural: políticas públicas e desenvolvimento sustentável*. UnB, 2003. (mimeo).

Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mineiros>. Acesso em: 04/11/2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Consentimento de Participação da Instituição no Projeto de Pesquisa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA INSTITUIÇÃO NO PROJETO DE PESQUISA**

Eu, _____ RG _____ /,
CPF _____ abaixo assinado, AUTORIZO a
Instituição: _____ em participar do
estudo: _____, Fui
devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador:
_____ acerca da pesquisa e dos procedimentos
nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes desta
participação para a Instituição concedente. Foi-me garantido que posso retirar
o consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer tipo de
penalidade.

Goiânia, _____ / _____ /2009.

Assinatura do responsável.

APÊNDICE B: Roteiro de Observação e Medidas – Acessibilidade na Escola

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO E MEDIDAS - ACESSIBILIDADE NA ESCOLA

DESCRIÇÃO DA ESCOLA

Cidade/Município: _____
Nome da Escola: _____
Bairro em que esta situada: _____ Número de estudantes matriculados na escola: _____
A escola possui estudantes com deficiência? () Não () Sim - Número de estudantes com deficiência _____
Tipos de Deficiência: _____
A escola possui quantos andares/pavimentos: _____
Como se dá o acesso aos andares/pavimentos superiores: () escada () elevador () rampa

ENTRADA DA ESCOLA

1. Da calçada para dentro da escola é necessário rampa de acesso? () Não () Sim
2.1 A escola possui esta rampa de acesso? () Não () Sim

Desnível	Inclinação máxima
Mais de 1m	Até 5%
De 0,80m a 1m	Até 6,25%
Até 0,80m	Até 8,33%

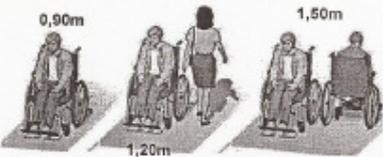
$i = \frac{h \times 100}{c}$



i=inclinação; h=altura/desnível; c=comprimento
Comprimento da régua de nível (em cm): _____ Altura (em cm): _____
 $i = \frac{h \times 100}{c} = \frac{\quad \times 100}{\quad} = \quad \%$
Inclinação: _____ %
Adequado () Não adequado ()

ÁREA DE CIRCULAÇÃO

1. Corredores de circulação:



Largura Aferida: _____
() Não adequado (Menor que 0,89m)
() Uma pessoa em cadeira de rodas (igual ou maior que 0,90m)
() Uma pessoa em cadeira de rodas e um pedestre (entre 1,20m a 1,50m)
() Duas pessoas em cadeira de rodas (entre 1,50m a 1,80m)

2. A escola apresenta corrimãos para o livre acesso dos estudantes nas dependências da escola? () não () sim
Corrimão duplo: Altura do apoio mais baixo: _____ (0,70m)
Altura do apoio mais alto: _____ (0,92m)
Adequado () Não adequado ()
Corrimão único: Altura: _____

3. A escola possui bebedouros adaptados para os estudantes com deficiência? () não () sim
Altura da Bica (saída da água): _____ (0,90m)
Adequado () Não adequado ()

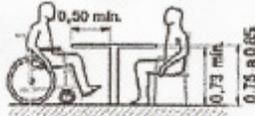
4. Quanto às áreas de convívio no pátio da escola:

4.1 Possuem piso antiderrapante? () não () sim

4.2 Estas áreas são acessíveis às pessoas em cadeira de rodas? () não () sim

Em caso negativo explique as razões: _____

5. As mesas do refeitório da escola.



Avanço frontal aferido: _____ (0,50m mínimo)

Altura livre inferior (abaixo da mesa) aferida: _____ (0,73m mínimo)

Adequado () Não adequado ()

6. Preencher somente se a escola possuir dois pavimentos e se o acesso ao piso superior for por rampa.

Comprimento da régua de nível (em cm): _____ Altura (em cm): _____

$$I = \frac{h \times 100}{C} = \frac{\quad \times 100}{\quad} = \quad \%$$

Inclinação: _____ %

Adequado () Não adequado ()

SALAS DE AULA

1. Largura das portas das salas de aula.

Largura Aferida: _____ (0,80m largura mínima).

Adequado () Não adequado ()

2. Quadro/Lousa.

Altura da Borda Inferior Aferida: _____ (0,90m altura máxima da borda inferior)

Adequado () Não adequado ()

3. Altura dos interruptores de energia elétrica.

Altura: _____ (entre 0,60m e 1,00m)

Adequado () Não adequado ()

4. As salas possuem carteiras escolares adaptadas? () não () sim

Avanço frontal aferido: _____ (0,50m mínimo)

Altura livre inferior (abaixo da mesa) aferida: _____ (0,73m mínimo)

Adequado () Não adequado ()

4.1 Estas carteira estão localizadas em todas as salas? () não () sim



5. Área de circulação entre as mesas:

Largura Aferida: _____ (0,90m)

Adequado () Não adequado ()

6. Área de circulação entre as mesas e o Quadro/Lousa para manobra de cadeira de rodas de 180°.

Espaço aferido entre as mesas e o Quadro/Lousa: _____ (1,50m espaço mínimo)

Adequado () Não adequado ()

BANHEIROS

1. Largura das portas dos banheiros

Largura Aferida: _____ (0,80m mínimo para estar dentro das normas).

Adequado () Não adequado ()

2. Medida interna dos banheiros. () Banheiro não Adaptado () Banheiro Adaptado

Largura Aferida: _____ (1,50m largura mínima)

Comprimento Aferido: _____ (1,50m comprimento mínimo)

Adequado () Não adequado ()

3. Uso de piso antiderrapante. Adequado () Não adequado ()

4. Altura das pias dos banheiros.

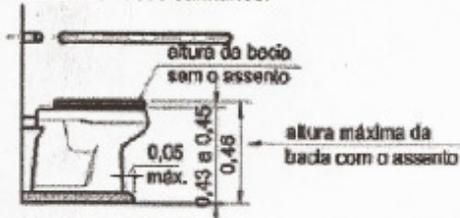
Altura Aferida: _____ (0,80m). Adequado () Não adequado ()

5. Altura da válvula de descarga dos banheiros.

Altura Aferida: _____ (1,00m de altura)

Adequado () Não adequado ()

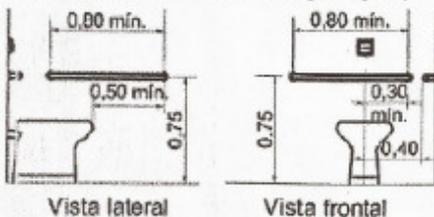
6. Altura dos vasos sanitários.



Altura do Bacio Aferida: _____ (0,46m altura máxima da bacia com o assento)

Adequado () Não adequado ()

7. O banheiro possui barras de segurança. () não () sim



Barra lateral:

Comprimento da barra _____ (0,80m) Distância do solo até a barra _____ (0,75m)

Comprimento da barra a partir da borda frontal do vaso sanitário _____ (0,50m)

Adequado () Não adequado ()

Barra de fundo:

Comprimento da barra _____ (0,80m) Distância do solo até a barra _____ (0,75m)

Comprimento da barra a partir do eixo do vaso sanitário em direção a parede _____ (0,30m)

Adequado () Não adequado ()

LOCAL DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. A escola possui quadra poliesportiva? () não () sim

1.1 A escola possui rampa de acesso para a quadra poliesportiva? () não () não precisa () sim

Comprimento da régua de nível (em cm): _____ Altura (em cm): _____

$I = \frac{h}{C} \times 100 = \frac{\quad}{\quad} \times 100 = \quad = \quad \%$

Inclinação: _____ %

Adequado () Não adequado ()

2. A escola possui outros espaços (sala de dança, praça, etc) para aulas de Educação Física? () sim () não

2.1 Quais? _____

3. Descrição das condições de acesso (qualidade do piso e desníveis) do trajeto das salas de aula para os espaços (quadra poliesportiva, sala de dança, praças, etc) em que se realizam as aulas de Educação Física?

APÊNDICE C: Questionário Diretora – Acessibilidade na Escola

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

QUESTIONÁRIO DIRETORA/OR – ACESSIBILIDADE NA ESCOLA**DESCRIÇÃO DA ESCOLA**

Cidade/Município: _____

Nome da Escola: _____

1) O que você entende por inclusão?

2) Em sua opinião esta escola é inclusiva? () sim () não

a. Explique sua opinião.

3) A escola em que você trabalha possui uma estrutura arquitetônica adequada para receber pessoas com deficiência? () sim () não

a. Caso sua resposta tenha sido não, explique o que em sua opinião necessitaria ser modificado para que a estrutura arquitetônica desta escola se tornasse acessível?

4) Em sua opinião, com uma estrutura arquitetônica adequada seria possível receber mais estudantes com deficiência na escola em que você trabalha? () sim () não

a. Explique sua opinião.

5) Em sua opinião, o que mais dificulta a inclusão de pessoas com deficiência na escola que você trabalha?
